

# Gramatização, ideologia e as raízes das tecnologias linguísticas

Rodrigo Franklin de Sousa

Submetido em 02 de maio de 2012.

Aceito para publicação em 10 de junho de 2012.

Publicado em 30 de junho de 2012.

*Cadernos do IL*, Porto Alegre, n.º 44, junho de 2012. p. 149-164

---

## POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Creative Commons Attribution License](#), permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
  - (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
  - (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
  - (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.
- 

## POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Sábado, 30 de junho de 2012

23:59:59

# GRAMATIZAÇÃO, IDEOLOGIA E AS RAÍZES DAS TECNOLOGIAS LINGÜÍSTICAS

Rodrigo Franklin de Sousa\*

**RESUMO:** No presente trabalho, fazemos alguns apontamentos sobre como o processo de gramatização da língua veio a instaurar um distanciamento na reflexão lingüística entre a língua e sua utilização concreta. Argumentamos que esse distanciamento foi efetivado pelo desenvolvimento de tecnologias de apropriação da linguagem que excluem do pensamento lingüístico a reflexão sobre os contextos sociais ou situações de enunciação. Propomos que a prevalência destas tecnologias se deve a sua eficácia em descrever as regularidades lingüísticas e possibilitar seu domínio instrumental. Ao mesmo tempo, estes processos instauram um apagamento da situação social de utilização da linguagem por meio de um processo ideológico que mascara as reais condições de produção da linguagem e converte a reflexão lingüística em instrumento de poder e dominação.

**PALAVRAS-CHAVE:** gramatização; ideologia; tecnologias lingüísticas.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em alguns apontamentos sobre como o chamado processo de *gramatização* da língua veio a instaurar um distanciamento na reflexão lingüística entre a língua e sua utilização concreta. Em nossa perspectiva, esse distanciamento foi efetivado por meio do desenvolvimento de tecnologias de apropriação da linguagem que efetivamente excluem do pensamento lingüístico a reflexão sobre os contextos sociais ou as situações de enunciação. As raízes destas tecnologias remontam à mais remota antiguidade e seus desenvolvimentos em contextos históricos vastos e variados apresentam regularidades e recorrências marcantes. Desta forma, apresentamos um esboço histórico do funcionamento dos processos de gramatização e instrumentalização da linguagem, com o propósito de expor seus mecanismos de funcionamento. Por último, focalizamos nas consequências sociais e ideológicas que a aplicação destes processos tem no contexto brasileiro.

Guia-nos a premissa que o surgimento dos saberes lingüísticos ocorre no âmbito de uma complexa gama de fatores históricos e sociais, relacionados a desenvolvimentos em áreas como o comércio, as viagens, a religião, o avanço de técnicas e práticas legais, medicinais, dentre outras. No dizer de Aurox (1992, p. 29): “As grandes transformações dos saberes lingüísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem”.

Entendemos a gramatização, segundo a definição de Aurox (1992, p. 65), como sendo “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. Partindo desta definição, diremos que a gênese do processo de gramatização está relacionada a dois fenômenos fundamentais na constituição das sociedades antigas, a saber, o desenvolvimento de sistemas de escrita e a aprendizagem de idiomas estrangeiros. Isto se dá porque ambas as situações engendram um tratamento

---

\* Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, doutor pela University of Cambridge (Reino Unido), colaborador externo da North-West University (África do Sul): [rodrigo.sousa@mackenzie.br](mailto:rodrigo.sousa@mackenzie.br)

essencialmente instrumental da linguagem. Nossa tese é que a necessidade do domínio da língua enquanto instrumento técnico é o fator preponderante no apagamento da situação enunciativa na reflexão.

Qualquer uso da linguagem implica necessariamente a realização de atividades epilinguísticas por meio das quais o usuário seleciona e se vale de estratégias que permitem a geração de efeitos. Em outras palavras, o uso da linguagem sempre implica uma reflexão sobre a linguagem, mesmo que não em um nível propriamente metalinguístico. Desta feita, a reflexão linguística na antiguidade clássica pode não ser caracterizada como uma atividade verdadeiramente metalinguística, não estando centrada na linguagem em si, mas no entendimento do papel da linguagem na geração de efeitos enunciativos – mesmo que concebidos de forma radicalmente diferente das teorias da enunciação contemporâneas: a filosofia aparece orientada essencialmente para a relação da linguagem, a verdade e o mundo (ver o *Crátilo*, de Platão); a retórica voltada para os efeitos produzidos pela linguagem (*Instituição Oratória*, de Quintiliano; a obra de Cícero); a poética voltada para procedimentos de organização do discurso com interesse na produção literária (*Poética*, de Aristóteles; *Ars Poetica* de Horácio).

Entretanto, tanto no contexto clássico greco-romano quanto anteriormente, no contexto dos primeiros artefatos linguísticos originários da mesopotâmia e do levante, encontramos uma forma de abordagem da língua que não se interessa em primeiro plano pelas articulações da linguagem com a realidade, a poética ou a arte retórica. Trata-se do desenvolvimento de processos e procedimentos voltados para a preparação técnica no manuseio da língua. É esta tradição que viria eventualmente a dominar a reflexão metalinguística ocidental, em particular aquela voltada para a língua em si mesma como objeto último da análise. Este desenvolvimento se dá em torno de dois eixos: o dos processos de domínio da palavra escrita e o da apreensão da língua estrangeira.

## 2. O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA

Auroux (1992, p. 20) associa o desenvolvimento da reflexão metalinguística ao surgimento da escrita, argumentando que este é um processo de objetivação da linguagem, que requer o “aparecimento de técnicas autônomas e inteiramente artificiais”, bem como a instituição de um ofício especializado. Teríamos aqui o primeiro impulso em direção a um interesse essencialmente metalinguístico, um interesse pela língua enquanto entidade autônoma levado a termo pela própria língua.

Em parte este interesse surge, conforme apontado por Auroux (1992, p. 23), porque a escrita instaura o problema da alteridade. A escrita fixa a linguagem e, assim, “objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver”. Quer provendo da autoridade do texto canônico, do caráter estrangeiro dos textos, o texto deixa de ser “suporte mnemônico do oral” para ser uma entidade autônoma.<sup>1</sup>

Neste sentido, Auroux evidencia que a origem da reflexão linguística se dá não no intuito de refletir sobre a língua oral, em uso, mas a partir da necessidade de compreender textos escritos e, considerando os esforços sumérios/acádios do segundo milênio antes da era comum, teríamos que “a primeira análise gramatical não nasceu da

---

<sup>1</sup> Com efeito, a relação entre oralidade e escrita na antiguidade era extremamente complexa, e isto tem profundos efeitos nas concepções de leitura e tradução da antiguidade, conforme apontado por Léonas (2007), que demonstra que o desenvolvimento da leitura silenciosa, isto é, sem o auxílio da repetição oral em voz alta das palavras do texto, tem um desenvolvimento relativamente tardio.

necessidade de falar uma língua qualquer, mas da de compreender um texto” (1992, p. 25). A língua falada é instrumento em serviço das mais variadas práticas sociais (transações comerciais, interações diversas), mas é no contexto da interpretação da escrita – atividade técnica profissional – que a reflexão linguística, pela primeira vez, se especializa.

Resta explicar, entretanto, por que razão esta reflexão instaurada sobre a palavra alheia se desenvolveu em direção a um apagamento das condições de produção da enunciação, da situação enunciativa, em tradições que viriam a dominar o pensamento linguístico ocidental. Para tanto, é preciso apontar para os processos iniciais no desenvolvimento destas tradições.

Pode-se considerar a mesopotâmia como o berço da escrita, porque é lá que temos a transição do modelo pictográfico (representado por sistemas como os ideogramas chineses e os hieróglifos egípcios) para a escrita cuneiforme (DEMSKY e BAR-ILAN, 2004, p. 2-3). Se esta última é marcada por um caráter eminentemente ideogramático, em sua utilização pelos idiomas sumério e acádio, já temos, no segundo milênio a.C., evidências de um uso dos cuneiformes que representa uma verdadeira revolução tecnológica.

Trata-se do sistema de escrita conhecido como *proto-cananeu*, criado por volta do século XVII a.C. por cananeus com algum conhecimento da escrita egípcia. Isto porque, nesse sistema, vemos os sinais cuneiformes utilizados para a representação gráfica não de imagens ou conceitos, mas de cadeias sonoras. A sofisticação do sistema consiste na decomposição das cadeias sonoras em unidades analíticas passíveis de serem abarcadas em um modelo de representação gráfica idealizado para a representação de um número limitado de sons passíveis de uma infinidade de combinações significativas. Não se trata de um alfabeto – que só surgirá verdadeiramente com os gregos –, mas uma espécie de silabário de consoantes, com algumas vogais. Ainda assim, esta nova possibilidade de decomposição analítica dos sons da linguagem representa, acima de tudo, o movimento inicial de tomada da língua independentemente dos enunciados concretos, ou das situações textuais reais. Instaura, na verdade, a possibilidade do foco no *código* linguístico. Não no que a língua significa, representa, ou nos efeitos que a língua pode gerar, mas na sua condição de instrumento *neutro*, à espera do artífice que possa lhe dar uso e propósito.

Segundo o conhecido *princípio acrofônico*, de Sir Alan Gardiner, segundo o qual os cerca de 27 grafemas de atestação mais antiga consistiam em representações pictográficas de objetos cujos *nomes* estavam associados aos sons representados, temos que a passagem de um sistema de ideogramas ou imagens para um sistema sonoro-silábico não se deu por meio de uma ruptura radical, mas de um processo gradual. De qualquer maneira, a importância deste processo é a da transição de um modelo de representação gráfica do *sentido*, do que é *significado* pela linguagem, para um modelo de representação do código linguístico *em si, de si, e para si*.

Podemos apreender a importância deste movimento epistêmico se pensarmos em termos da oposição bakhtiniana entre *tema* e *significação*. Para Bakhtin (1995, p. 131), cada enunciação possui “um sentido definido e único, uma significação unitária”, e este sentido da enunciação completa é chamado de *tema*. A unicidade do sentido do tema é a base para definir a enunciação. O tema exprime e reflete, de forma única e irrepetível a situação concreta, o acontecimento enunciativo no tempo e no espaço, na história. O exemplo clássico é o da pergunta “Que horas são?”, que, na acepção de Bakhtin, possui

um tema diferente em cada situação em que é enunciada. A determinação do tema se dá pela combinação entre formas lingüísticas e elemento não verbal, o contexto situacional.

Em oposição ao tema, a *significação* consiste nos “elementos da enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que são repetidos”. Estes elementos seriam convencionais, abstratos, sem existência concreta independente, mas “parte inalienável, indispensável, da enunciação”. Enquanto o tema da enunciação é irreduzível à análise, a significação da enunciação pode “ser analisada em um conjunto de significações ligadas aos elementos lingüísticos que a compõem” (1995, p. 132).

Aparece aqui o ponto nevrálgico da distinção entre tema e significação. O primeiro é o sentido articulado no e pelo acontecimento enunciativo. O segundo é “um aparato técnico para a realização do tema” (1995, p. 132). Tema e significação são elementos indissociáveis e indispensáveis na linguagem. Um dá conta da situação concreta, o outro oferece a estabilidade sistêmica que é condição *sine qua non* da articulação da linguagem em discurso.

Utilizando a terminologia bakhtiniana, diremos que a inovação técnica da decomposição e representação gráfica de fonemas e sílabas instaura a reflexão lingüística voltada para o significado em oposição ao tema. Esta inovação determina novos procedimentos de aquisição e estudo. Os escribas agora devem dominar não técnicas de desenho, conceptualização ou ideação do que é comunicado. Isto é, não devem se preocupar inicialmente com a representação do mundo refletido na linguagem ou com o sentido em sua acepção mais ampla. Devem, sim, dominar o código que, consistindo em um corpus limitado e, por isso mesmo, passível de dominação, é capaz de lhes dar o poder da interpretação e produção de novos textos. A partir deste momento passam a circular listas alfabéticas. O domínio da notação alfabética torna-se uma das mais avançadas e poderosas competências.<sup>2</sup>

As listas alfabéticas, cujo exemplar mais antigo provem de Ugarite (no atual Iraque) e data do século XIV a.C., estão presentes em diversas regiões geográficas, lingüísticas e culturais por todo o mundo mesopotâmio e mediterrâneo, e são dotadas de significativa regularidade. Embora houvesse considerável variação quanto à direção da escrita (destrógira, sinistrógira, boustrofedada e vertical) e a posição das letras (que são atestadas com giros de noventa ou cento e oitenta graus), vemos que tradições locais sobre a ordem das letras nas listas alfabéticas se difundiram e permaneceram constantes. O fato que a ordem básica de boa parte dos alfabetos tem permanecido constante por cerca de 3500 anos (*aleph-bet*, *alfa-beta*, *a-b*) atesta o poder de normatização deste tipo de instrumento tecnológico.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Quanto à presença da escrita na sociedade, vemos que no período de 1300 – 330 a.C. dois padrões básicos se consolidaram (DEMSKY e BAR-ILAN, 2004, p. 10-11): por um lado sistemas altamente elitizados, como os do Egito e Mesopotâmia, em que uma reduzida classe especializada conhecia a palavra escrita em oposição a uma massa popular completamente iletrada; por outro, as chamadas sociedades letradas emergentes, como Israel e os cananeus, em que, apesar do domínio pleno do aparato tecnológico da escrita estar concentrado na mão de grupos dominantes específicos (sacerdotes, escribas, reis), existem evidências de uma competência pelo menos elementar no uso da palavra escrita por outras camadas da população.

<sup>3</sup> Por um tempo, diferentes alfabetos foram utilizados lado a lado, com possíveis tendências sociais, religiosas, culturais, lingüísticas, etc. Três alfabetos desenvolvidos na primeira metade do primeiro milênio a.C na Síria-Palestina a partir do proto-Cananeu: o fenício, o hebraico (pouco atestado) e o aramaico. O último tornou-se o padrão internacional e foi adotado/adaptado pelos hebreus exilados (DEMSKY e BAR-ILAN, 2004, p. 9-10).

A aprendizagem dos sistemas de escrita pelos escribas se dava por meio de exercícios de repetição (escrita do nome, listas de vocabulário, reprodução de tabelas alfabéticas) e cópia (*atbash*, poemas acrósticos). Em uma atividade altamente especializada como a do escriba, o código escrito da língua aqui aparece como instrumento de trabalho, como *techné*; trabalha-se o domínio da competência no manuseio do código como se trabalha o manuseio do *stylus*, a preparação dos materiais de escrita (o cuidado na preservação de papiros, pergaminhos ou tabletes de barro), a habilidade matemática, as técnicas necessárias para a “leitura” de sinais e presságios (astrologia, hepatoscopia, etc.).

A reflexão sobre o texto (*textus*) entendido como unidade em que se articula a linguagem em uso é relativamente tardia, desenvolvendo-se apenas no contexto creco-romano. O mundo meso-oriental segue sem uma reflexão explícita sobre o uso da linguagem, seja do ponto de vista filosófico, retórico ou literário.

O texto continua a ser usado para fins pragmáticos (é o texto religioso, comercial, oficial). A ausência de um trabalho metalinguístico explícito não possibilita ter uma visão clara das concepções de texto, mas é possível entrever diferenças marcantes entre as concepções asiáticas e ocidentais sobre delimitações de categorias textuais, conforme já apontado por autores como Barton (1998).

O desmontar da linguagem em unidades menores, passíveis de apreensão por procedimentos técnicos, torna-se o padrão em todo o ocidente. No caso da educação clássica, a evidência oriunda do Egito greco-romano sugere que o processo de letramento se dava por meio de exercícios progressivos nos níveis da letra, sílaba, sentença, e finalmente a cópia de texto.<sup>4</sup> Já o treinamento do gramático no mesmo contexto incluía um forte componente retórico, ênfase em pontuação e outros recursos estilísticos como marcadores de divisão textual que auxiliavam o estudante a decodificar textos e decompô-los em unidades significativas menores. Estas divisões textuais eram conceituadas como quebras de sentença, delimitadores de diálogo e categorias prosódicas, como tropos (RUTHERFORD, 1905, p. 200-203; CRIBIORE, 2001, p. 190-191). Mesmo diferente de categorias como as que seriam determinadas posteriormente, em Port Royal (ver abaixo), o ponto básico do pensamento linguístico do ocidente é a decomposição analítica e domínio técnico das unidades do código.

### **3. O ENCONTRO COM A PALAVRA ESTRANGEIRA**

No tocante à questão da palavra estrangeira, retomamos a discussão encontrada em Bakhtin/Voloshinov (1995, p. 93-95), baseada na distinção entre descodificação e identificação. O segundo conceito diz respeito ao reconhecimento de sinais, o primeiro à real compreensão da língua.

O intérprete se depara com um signo em sua realização material, seja em forma de sinal gráfico impresso sobre uma superfície, seja em forma de som. Este sinal não se constitui em signo para a consciência do intérprete se o seu caráter sígnico não for apreendido. Isto é, sem que se associe aquela disposição gráfica ou cadeia sonora a um *significado* (deixe-se de lado, por ora, o que seja precisamente este enunciado), o sinal permanece mera disposição gráfica; o som permanece simples ruído.

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, os exercícios mencionados por Criore (1996).

O processo de identificação desta cadeia ou som como sinal de outra coisa que não eles mesmos é o primeiro passo da interpretação. É só após o reconhecimento do que significa este sinal, de para que ele aponta – no sentido da *primeira identificação* ou *correspondência* de Peirce – que se pode passar para nível da *descodificação* ou da *compreensão*, isto é, o nível da reflexão acerca das relações significante/significado.

No processo de penetração na língua, a decodificação passa cada vez mais à identificação. A reflexão sobre a língua diminui, porque o falante estrangeiro reflete mais explicitamente sobre questões de relação linguística – a atividade epilinguística própria do uso corriqueiro da linguagem toma progressivamente o lugar da atividade metalinguística explícita.

Juntamente à necessidade da decodificação do texto escrito, o mundo antigo ofereceu também o desafio do contato com a palavra estrangeira. Surgem assim as listas bilíngues, e o aparato tecnológico próprio ao domínio da ferramenta-língua passa também a ser empregado no âmbito da prática de tradução. Esta, todavia, está concentrada em atividades no campo da economia e política. O ofício de tradutor era, nesse sentido, eminentemente tecnológico (RABIN, 1967; VAN DER LOUW, 2007).

A mais antiga tradução de um monumento linguístico além do âmbito puramente técnico é a da Septuaginta (LXX), a versão grega dos textos da Bíblia hebraica. Os primeiros textos desta coleção a ser traduzidos foram os que compõem a Torá (ou Pentateuco), textos fundadores para a cultura judaica. A tradução data do século III a.C. e, se está correto o consenso dos especialistas, independe de quaisquer instrumentos prévios, sendo inteiramente baseada em tradições interpretativas transmitidas pela tradição oral. Conversamente, as traduções dos demais livros bíblicos nos dois séculos seguintes parece ter se valido desta tradução original como uma espécie de dicionário (FISCHER, 1926; GOODING, 1955; LEE, 1983; SALVESEN, 1991; DORIVAL, 1994; 1995).

Isto sugere que, nos momentos iniciais da atividade de tradução, os instrumentos tecnológicos tinham sua utilização restrita às esferas da tradução técnica e oficial. A palavra do texto sagrado, na complexidade de sua dimensão ideológica, não era passível de encerramento pelas listas onomásticas. Só o poder vivo da tradição ou o uso dos equivalentes consagrado pelo próprio texto sagrado era capaz de desvelar ao tradutor/intérprete/escriva a verdade de sua significação.

Vemos aí, portanto, que, em duas atividades fundadoras da reflexão linguística da antiguidade – o desenvolvimento da escrita e a tradução – os instrumentos tecnológicos de gramatização surgiram como mecanismos que possibilitaram o domínio instrumental da língua, por meio de procedimentos de decomposição analítica que permitiam o domínio do que Bakhtin/Voloshinov denominava a *significação*, isto é, o “aparato técnico” indispensável à realização do tema. No processo, entretanto, o tema, outro componente essencial do sentido, é necessariamente apagado. Cumpre agora pensar como este processo se desenvolveu no âmbito da gramatização dos vernáculos europeus na idade moderna. Em outras palavras, como este processo determinou nossa atitude diante da linguagem.

#### **4. A EXPANSÃO EUROPEIA**

A tecnologia linguística desenvolvida na antiguidade meso-oriental e greco-romana foi difundida pela Europa por todo o período medieval. Mas são dois momentos

históricos específicos que determinam sua consolidação definitiva no que podemos chamar de *imaginário linguístico* ocidental: o Renascimento e a expansão marítima européia. No primeiro, a tecnologia gramatical torna-se o modelo padrão de abordagem da língua, inclusive para a leitura e interpretação de textos; no segundo, há o contato do saber metalinguístico europeu com diferentes civilizações e línguas, e a transferência do saber gramatical circundado pela tradição greco-latina – inserida em um processo de transferência cultural mais ampla – no fenômeno que Auroux (1992) chama de *gramatização massiva*.

O humanismo renascentista foi, acima de tudo, uma redescoberta e redefinição da leitura. A redescoberta dos textos da antiguidade clássica – assim como do texto bíblico – é contemporânea de um renovado interesse pelo estudo do grego (relativamente adormecido no fim da idade média), e de uma nova forma de ler. Esta nova forma está conectada às concepções gramaticais greco-latinas então em voga e rompe com o padrão de leitura consagrado na era medieval, que permitia a apreensão do sentido em múltiplos níveis.<sup>5</sup>

Consolidando o método gramatical – de fim essencialmente tecnológico – como o dominante, o humanismo renascentista expurga a idéia de sentidos múltiplos dos textos. Para autores como Erasmo de Roterdã e João Calvino, o único sentido admitido é o sentido literal ou original, aquele intencionado pelo autor (a idéia de *mens auctoris* ou *concilium auctoris*). Isto não implica uma falta de sensibilidade a gêneros e recursos literários, mas acarreta a consagração da abordagem tecnológica como suficiente para a apreensão total do sentido do texto.

Esta consagração ocorre simultaneamente ao surgimento de novas tecnologias de disponibilização e circulação de textos. Pensa-se aí, obviamente, na imprensa. Como nos lembra Auroux (1992, 51), a gramatização definitiva dos vernáculos europeus é posterior à invenção da imprensa, uma vez que foi esta que criou as condições técnicas necessárias para a efetivação do processo (normalização e standardização de vocabulário, sintaxe, etc.).

A expansão marítima e comercial da Europa nos séculos subseqüentes leva ao contato com novas línguas. Assim como no mundo antigo, surge a necessidade do emprego de técnicas que permitam a tradução. Nesse momento, entretanto, já existe um aparato técnico desenvolvido, uma cultura metalinguística de instrumentalização da língua e captação da palavra alheia. O processo de refinamento tecnológico do pensamento linguístico iniciado pelos cananeus atinge o ápice quando os instrumentos linguísticos epitomizados pela gramática de Port-Royal, que incorpora o processo ao modelo de cientificidade século XVII, impulsionam a aplicação do sistema latino de descrição a todas as línguas.

Esta forma de pensar a linguagem está impregnada em nossa forma de ver a língua através da gramática. É a ideia de que os conceitos gramaticais objetivamente “existem”. O desenvolvimento da linguística, em seus estágios iniciais, embora se tenha desvinculado de concepções da linguagem em termos de gramática normativa e noções de certo ou errado, parte da concepção de que as línguas são regidas por normas ou compõe sistemas com normas básicas que regem seu funcionamento. Por isso, quando Sausurre desenvolve em sua reflexão o conceito de sistema, ele busca parâmetros de ciências naturais para a linguística, buscando dar-lhe legitimidade ao aproximá-la destas ciências.

---

<sup>5</sup> No caso do texto bíblico, por exemplo, temos a conhecida distinção dos “quatro sentidos da escritura” (literal, alegórico, moral e anagógico), proposto por autores como Nicolau de Lyra.

Nossa educação e as noções populares vigentes de língua, pautadas na gramática, nos levam para uma posição próxima a esta e engendram o solo fértil onde o sistema Saussureano se torna plausível, aceitável e desejável.

O sistema Saussureano apaga o “difícil” da linguagem e cria a ilusão de um objeto estável, passível de ser domado. Isto é, para estudar a língua é preciso fazer um recorte abstrato que remove da língua uma de suas propriedades essenciais – claramente perceptível por meio da sua observação empírica. As formas linguísticas estão continuamente mudando. Mas em uma abordagem tecnológica (gramatical ou estruturalista) a evolução linguística – que existe – deve ser excluída do estudo da língua por não se encaixar no sistema.

É neste sentido que se desenvolve a crítica que Bakhtin/Voloshinov faz ao que ele chama de “objetivismo abstrato”. Seria errado limitar a concepção de objetivismo abstrato à linguística Saussureana ou estruturalista. Na verdade, Bakhtin apresenta a linguística como parte integrante desta orientação, que, como vimos, tem raízes bem mais abrangentes e profundas.

Voltando-se primariamente ao estruturalismo, a base da crítica bakhtiniana é a questão da validade heurística da concepção da língua enquanto sistema abstrato, seja no plano da descrição da língua per se, seja nas operações da consciência do falante individual.

No primeiro plano, tem-se a questão da inexistência objetiva do sistema (BAKHTIN / VOLOSHINOV, 1995, p. 90-92). Aí se explora a divergência existente entre os adeptos do objetivismo abstrato, que diferem quanto à sua existência empírica ou meramente conceitual – sendo o próprio Saussure bastante confuso neste sentido. Quanto ao segundo plano, temos aí um dos pontos mais amplamente difundidos subsequentemente pelas orientações de estudos da linguagem fundamentados na proposta bakhtiniana: a noção de que, para o locutor, a língua não se apresenta no sistema, mas no evento comunicativo. A consciência individual do locutor não opera em termos de apropriação sintagmática de elementos disponíveis no sistema, mas em termos de adequação à situação concreta de comunicação (p. 92-97).

## 5. O CONTEXTO BRASILEIRO

No caso específico do Brasil, a gramatização ocorre inicialmente na descrição e tentativa de apreensão – ou seja, na instrumentalização – dos idiomas nativos, com interesses essencialmente práticos e catequéticos. A primeira iniciativa de análise linguística no Brasil foi o da gramatização de uma língua indígena, com fins de evangelização (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001). Este movimento é análogo ao que vimos com relação aos primeiros instrumentos desenvolvidos no sentido de um contato com uma língua estrangeira, na antiguidade, e mais uma vez salienta o papel instrumental do desenvolvimento das tecnologias linguísticas.

Com a consolidação do português no Brasil, o processo de gramatização se torna parte de um movimento de constituição política e social da identidade do falante do português brasileiro. Assim, o processo é visto como fazendo parte de um novo espaço de produção linguística. Espaço este que se opõe aos espaços históricos da língua em Portugal. Isto é, eventualmente, o processo de gramatização passa de Portugal ao Brasil. Importa-se todo um modo de construção de ferramentas tecnológicas voltadas para a apreensão do sistema linguístico ao custo da exclusão de aspectos dinâmicos do

sentido (a exterioridade, o acontecimento) e estas ferramentas passam a constituir um espaço de construção de identidade do sujeito falante do português.

Isto é sedimentado a partir da instauração da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1959, que fixa a nomenclatura dos fatos gramaticais no português do Brasil. Conforme apontam Orlandi e Guimarães (2001, p. 28):

Essa nomenclatura decretada pelo Estado anula os efeitos de uma posição original de autores assumida pelos gramáticos. Estes não falam mais dos fatos da linguagem, eles repetem uma nomenclatura que lhes foi oficialmente imposta.

Isto indica que as tecnologias linguísticas têm efeitos políticos e ideológicos que vão além da simples descrição gramatical:

Ora a construção das tecnologias faz parte da história de uma sociedade. Pela análise da produção destes instrumentos tecnológicos, podemos compreender igualmente a maneira pela qual a sociedade brasileira construiu-se. Ligando a questão da instrumentação da língua à de sua institucionalização, temos meios para compreender como uma sociedade, constituindo um novo espaço político-social, se dá uma consciência histórica de sua língua, neste caso o português dos brasileiros.

A partir da segunda metade do século XIX, como dissemos acima, os estudos de linguagem no Brasil tornam-se uma tarefa brasileira, a questão não sendo mais a do português mas a do português do Brasil. Desde então o estudo do português como língua nacional começa a influenciar a constituição das idéias linguísticas no Brasil. Antes a questão da língua não era senão uma forma de apropriação do Brasil por Portugal.

A gramatização brasileira dividida entre o específico brasileiro e o modelo português chega ao final do século XX afirmando – no nível da política linguística oficial – que malgrado séculos de mudanças e de diferenciação há unidade linguística entre o Brasil e Portugal. (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001, p. 32-33).

Sendo assim:

A explicitação da relação sujeito-língua pela instituição escolar e a produção das gramáticas lhe dá um estatuto-científico. É um momento decisivo ao mesmo tempo para a constituição da forma histórica do sujeito brasileiro (um sujeito que tem uma língua e que conhece a língua) e para o estabelecimento da Linguística. (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001, p. 36)

A aplicação de tecnologias linguísticas no Brasil, seja no contexto primitivo da gramatização das línguas indígenas com fins catequéticos e evangelísticos, seja na formação de um espaço discursivo que criou uma unidade linguística e cultural virtual com Portugal, serve fundamentalmente como um lugar de constituição de identidades. Daí a complexidade do fenômeno da tecnologia linguística. Por um lado, a gramatização permite o domínio técnico e instrumental do idioma estrangeiro e a descrição das regularidades linguísticas, de onde vem inicialmente seu poder. Por outro lado, o mesmo fenômeno, além de permitir a apreensão de uma dimensão fundamental do funcionamento da linguagem, cria ideologicamente a própria identidade do indivíduo usuário da língua. E por estar mascarada por seu status de objetividade técnica e científica, a abordagem tecnológica reforça a idéia de objetividade e percepção imediata do fenômeno linguístico e da identidade cultural, apagando seus efeitos ideológicos.

Um exemplo marcante é o dos efeitos sociais e ideológicos do desenvolvimento de normas padrão no português do Brasil. Rodrigues (2004 [1968]) também distingue entre padrão ideal e padrão real. Estes padrões dizem respeito às mais variadas práticas sócio-culturais e incluem, naturalmente, a língua. A língua padrão se incluiria neste paradigma antropológico como um verdadeiro padrão ideal. Este padrão pode se conformar ao padrão concreto de determinada classe social ou região, mas não necessariamente. Mais importante é a observação de que os diversos subsistemas presentes numa língua podem gerar diferentes modelos do que seria o padrão ideal em cada nível (fonológico, morfológico, semântico, etc.). Ele propõe uma atitude programática em que se estude as variações e se leve em conta os diferentes níveis.

Para Rodrigues, no caso do Brasil, as atitudes acerca do padrão oral são menos uniformes que as que dizem respeito ao padrão escrito. Elas também têm um caráter mais regional. A atitude regionalizante cessa no que tange ao ensino de gramática, em que os professores concebem um currículo uniformizado.

Ajuda-nos também a distinção feita por Castilho (2004 [1978]) entre norma objetiva, subjetiva e prescritiva, particularmente na relação desta última com a realidade social do alunado. Um alunado vastamente diverso do ponto de vista social, econômico e cultural a que se submetia uma gramática padronizada e uniforme, não correspondente aos interesses e às necessidades dos alunos.

Existe aqui uma importante questão. Reconhecendo que os diferentes grupos sociais adotam uma determinada norma linguística padrão que lhes é própria, vemos que:

Como a respectiva norma é fator de identificação do grupo, podemos afirmar que o senso de pertencimento inclui o uso da forma de falar característica das práticas e expectativas linguísticas do grupo. Nesse sentido, a norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais agregados com aquelas formas. (FARACO, 2004, p. 39)

Faraco (2004) propõe a distinção entre norma-culta e norma-padrão. A norma culta é instrumento de poder hegemônico, instituída e determinada por grupos que detém o poder social e os instrumentos tecnológicos efetivos para sua regulação. A norma-padrão é resultado da unificação impulsionada pela propagação do ideal da norma culta. Sendo a norma-padrão resultado de complexas operações linguísticas, sociais, históricas e ideológicas, Faraco está correto em propor uma abordagem multidisciplinar do tema.

Importante também é a correlação feita por Faraco entre norma-padrão e o conjunto mais amplo de práticas de uma cultura letrada, além da inserção desta última numa ampla “teia de valores” que envolve questões de gêneros discursivos, uso de recursos da linguagem e constituição do imaginário social. Aqui ele reconhece sua dependência de Bakhtin. Esta cultura letrada estaria em contato com outras normas sociais. Também estaria articulada com aparelhos institucionais e tecnológicos.

## 6. UMA PROPOSTA DE POSICIONAMENTO

Traçamos aqui, de forma tentativa e em linhas gerais, os procedimentos essenciais do processo de gramatização que promoveram o apagamento de um

componente essencial da língua – o acontecimento enunciativo, do pensamento linguístico ocidental. As pinceladas em diferentes situações e momentos históricos permitem entrever uma regularidade: o processo de decodificação do texto escrito e da palavra estrangeira instaura a necessidade de uma abordagem essencialmente instrumental da língua, no âmbito da qual se desenvolveram certos avanços tecnológicos tais como o alfabeto, as listas lexicais, os exercícios. Na raiz de todos estes avanços está um procedimento fundador, a saber, a tomada da consciência da possibilidade de uma decomposição analítica da língua em unidades discretas (variamente concebidas ao longo da história) passíveis de serem dominadas e empregadas. É da natureza e essência desse procedimento o foco no componente denominado por Bakhtin/Voloshinov de *significação* e a conseqüente negligência do *tema*.

Notamos que esta regularidade já se fazia presente tanto nos momentos cruciais do desenvolvimento da escrita no contexto cananeu do século XVII a.C. quanto nas práticas de tradução e escolarização no mundo helenístico entre os séculos III a.C. e II d.C., mas tomou um rumo distinto com os novos procedimentos hermenêuticos e avanços técnicos do Renascimento e, principalmente, com a institucionalização do cientificismo do século XVII, conectado à expansão marítima e comercial da Europa no mesmo período.

A reflexão metalinguística em todas as regiões sob a influência destes fenômenos históricos – o Brasil, notadamente – se encontra dominada por estes procedimentos de cunho essencialmente técnico. Neste sentido, todas as ciências da linguagem, seja a gramática, a hermenêutica, a filosofia da linguagem, a semiótica e a linguística, constituíram-se sob a sombra destas concepções. Resta perguntar qual deve ser o posicionamento de uma reflexão linguística que busca reincluir o acontecimento no pensamento linguístico diante desta constatação.

A resposta a este questionamento não pode ser dada numa pequena contribuição como esta. Nosso alvo é mais modesto. Aqui é possível apenas apontar uma possibilidade de situação, um ponto de partida para uma tomada de posição. Reconhecida a centralidade dos procedimentos tecnológicos excludentes do acontecimento enunciativo, uma partida possível é indagar qual a razão do sucesso destes modelos. Possivelmente, a mais significativa constatação a que podemos chegar é que o sucesso dos modelos não se deve unicamente a acidentes e contingências da história, mas em grande medida à eficácia inerente ao próprio aparato tecnológico para dar conta dos fenômenos empíricos da língua, para descrever suas regularidades e possibilitar seu domínio instrumental.

Este reconhecimento, já feito por Aurox (1992, p. 36-43, 78), é atestado também na já mencionada invectiva de Bakhtin/Voloshinov contra o chamado “objetivismo abstrato”. Por mais severa que seja a crítica bakhtiniana ao apagamento do tema na investigação linguística,<sup>6</sup> é importante ressaltar, conforme Brait (2002), que, ao criticar o objetivismo abstrato e o subjetivismo idealista, Bakhtin não está rejeitando definitivamente nenhuma das duas abordagens, mas, sim, ao expor suas limitações, está afirmando a complexidade do fenômeno linguístico no que tange à tensão dialética entre instabilidade e variabilidade na língua e, acima de tudo, está afirmando a centralidade da situação social concreta na constituição, tanto da regularidade (incluindo as formulações de gênero) quanto nos acontecimentos enunciativos.

---

<sup>6</sup> Quanto a este ponto, ver Dias (1997).

Ao reconhecer a eficácia da apreensão tecnológica da língua, reconhecemos também seus potenciais problemas, que vão além da reflexão linguística em si. Pêcheux identifica as teorias empiristas e realistas do conhecimento como ideológicas porque elas “exploram a existência das disciplinas científicas, mascarando essa existência, de forma que a distinção entre ciência e não-ciência seja encoberta”. O apagamento da distinção é atingido pela aspiração a uma “teoria geral das idéias”, que permite tanto a criação de uma rede de conhecimento universalizante e “transparente” – no caso do realismo metafísico – como o desenvolvimento de instrumentos e aparelhos de controle, “um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimentos ou atos” – no caso do empirismo lógico (PÊCHEUX, 1997, p. 72).

A atuação destas duas formas de idealismo sobre a ciência é análoga à sua atuação no tocante à reflexão e à prática política. Nesse caso, o realismo metafísico tranca a questão da luta política no âmbito de atuação dos poderes estatais constituídos, ao mesmo tempo em que não permite o questionamento do poder absoluto do Estado. O empirismo se manifesta na atuação da burguesia na prática política. Em ambos os casos, teríamos a atuação da ideologia burguesa visando o apagamento e ocultamento ideológico do político (PÊCHEUX, 1997, p. 120-121).

Este apagamento ideológico ocorre pela atuação de forças materiais e socio-históricas de apagamento do conhecimento científico, e não por um ato específico de vontade consciente. De maneira que, embora Pêcheux dê espaço para a agência – pelo menos ao se permitir afirmar que o apagamento provém de uma atuação do homem – ele se posiciona mais em direção a uma interpretação marxista-estrutural:

O ideológico, enquanto “representação imaginária, está, por essa razão, necessariamente subordinado às forças materiais “que dirigem os homens” (as ideologias práticas, segundo a terminologia de Althusser), reinscrevendo-se nelas”. (PÊCHEUX, 1997, p. 73)

O materialismo pode resgatar o trabalho científico deste apagamento ideológico a partir de suas teses fundamentais, quais sejam:

- a) O mundo “exterior” material existe (objeto real, concreto-real);
- b) O conhecimento objetivo desse mundo é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas (objeto de conhecimento, concreto de pensamento, conceito);
- c) O conhecimento objetivo é independente do sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p. 74)

A partir destes postulados, Pêcheux afirma:

Para resumir, diremos que o essencial da tese materialista consiste em colocar a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de suas leis, que chamaremos daqui para frente processo científico-conceptual) em relação ao sujeito, *colocando simultaneamente* a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior (de onde resulta o caráter necessário dos efeitos que afetam esse sujeito, chamados, doravante, processo nocional-ideológico). Em outros termos, a proposição materialista “a matéria é independente do espírito” não poderia ser convertida em “o espírito é independente da matéria” sem abalar as próprias bases do materialismo (PÊCHEUX, 1997, p. 76).

A relação sujeito-mundo-ideologia é complexa e assume formas diversas, mas sempre imaginárias e construídas por meio de uma manobra epistêmica. Pêcheux parte da possibilidade, aventada por Frege, de um conhecimento sem sujeito, independente de formulações subjetivas, para apresentar a noção de uma ilusão epistêmica, por meio da qual o subjetivo sumula o objetivo e conceitos e representações são confundidos. O sujeito do saber – e do discurso – é um “efeito determinado do processo sem sujeito”. Daí Pêcheux desenvolver a noção não de um sujeito, mas de uma *forma-sujeito*.

A partir dessa discussão, o apagamento do sentido na linguística é percebido como um movimento ideológico causado pela tentativa neo-positivista de apagar e separar o concreto, o histórico, do científico. Por isso, Pêcheux propõe uma linguística capaz de se voltar sobre seu domínio e objeto ao se abrir para o domínio das formações sociais. (PÊCHEUX, 1997, p. 90).

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os apontamentos realizados acima demonstram, em linhas gerais, as formas pelas quais o processo de gramatização da língua veio a instaurar um distanciamento na reflexão linguística entre a língua enquanto sistema abstrato de vocabulário e regras e o fenômeno linguístico enquanto utilização concreta e efetiva da linguagem. Nossa proposta é a de que esse distanciamento tenha sido efetivado pelo desenvolvimento de tecnologias de apropriação da linguagem que excluem do pensamento linguístico a reflexão sobre os contextos sociais ou situações de enunciação. Essas tecnologias seriam a gramática e o dicionário, instrumentos que foram desenvolvidos a partir de duas necessidades. Em primeiro lugar, a necessidade de codificar e instrumentalizar a língua escrita com fins a transmitir seu domínio técnico para escribas, para técnicos da palavra. Em segundo lugar, a necessidade de apreensão e domínio de idiomas estrangeiros.

A regularidade tanto da presença destas tecnologias distintas quanto da sua relação com a palavra escrita e a palavra estrangeira foram detectadas ao longo da história, desde a mais remota antiguidade, no momento do mais primitivo registro do surgimento destas técnicas, passando por avanços técnicos e econômicos ao longo da história europeia até o enraizamento destas formas de reflexão e apreensão linguística no contexto brasileiro.

Propomos que a prevalência destas tecnologias se deve a sua eficácia em descrever as regularidades da língua e possibilitar seu domínio instrumental, tanto por escribas quanto por tradutores. Ao mesmo tempo, constatamos que é notório o fato de que estes processos instauram um apagamento da situação social concreta de utilização da linguagem por meio de um processo ideológico que mascara as reais condições de produção da linguagem e pode converter a reflexão linguística em instrumento de poder e dominação. Isto é especialmente evidente no contexto brasileiro, em que o uso das tecnologias linguísticas, primeiro no contexto da catequese indígena e, posteriormente, no contexto do desenvolvimento de instrumentos linguísticos próprios do Brasil, em oposição a Portugal, acabou gerando uma percepção da linguagem muitas vezes fora de compasso com a realidade do uso da língua no Brasil. Este processo é bem ilustrado na consolidação de uma normatização do Português brasileiro que se configura como uma efetiva exclusão social de parte significativa dos falantes de língua portuguesa no Brasil.

Propomos, assim, que se reconheça o potencial e o valor dos instrumentos de tecnologia linguística, atestados pela prevalência e sucesso em seu emprego, ao passo que se mantenha a atenção quanto aos seus problemas e aos efeitos ideológicos que seu emprego produz. Reconhecer no modelo de gramatização, juntamente às suas limitações, suas potencialidades, é um convite para uma reflexão linguística complexa e enriquecedora.

## Referências

- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. (VOLOSHINOV) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1995 (1929).
- BARTON, John. What is a Book? Modern Exegesis and the Literary Conventions of Ancient Israel. In: DE MOOR, Johannes. C. (Org.). *Intertextuality in Ugarit and Israel*. Leiden: Brill, 1998. p.1-14.
- BRAIT, Beth. Interação, gênero e estilo. In: PRETI, D. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 125-157.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de, Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004 (1968): 27-36.
- CRIBIORE, Rafaela. *Writings, Teachers, and Students in Graeco-Roman Egypt*. Atlanta: Scholars Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Gymnastics of the Mind: Greek Education in Hellenistic and Roman Egypt*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- DEMSKY, Aaron.; BAR-ILAN, Meir. Writing in Ancient Israel and Early Judaism. In: MULDER, Martin. J.; SYSLING, Harry. (Orgs.). *Mikra: Text, Translation, Reading and Interpretation of the Hebrew Bible in Early Judaism and Christianity*. Peabody: Hendrikson, 2004. p.1-20.
- DIAS, Luiz Francisco. Significação e forma linguística na visão de Bakhtin. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p.105-113.
- DORIVAL, Gilles. *La Bible d'Alexandrie: Les Nombres*. Paris: Cerf, 1994.
- \_\_\_\_\_. Les phénomènes d'intertextualité dans le livre Grec des Nombres. In: DORIVAL, G. e MUNNICH, O. (Ed.). *KATA TOYΣ O' Selon les Septante: Trente études sur la Bible grecque des Septante*. Paris: Cerf, 1995. p.253-85.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004. p.37-61.
- FISCHER, Joachim. *Zur Septuaginta-Vorlage im Pentateuch, von Johann Fischer*. Giessen: A. Töpelmann, 1926.
- GOODING, David Willoughby. *Recensions of the Septuagint Pentateuch*. London: Tyndale Press, 1955.
- LEE, John. A. *A lexical study of the Septuagint version of the Pentateuch*. Chico, CA: Scholars Press, 1983.
- LÉONAS, Alexis. *L'aube des traducteurs: De l'hébreu au grec: traducteurs et lecteurs de la Bible des Septante*. Paris: Cerf, 2007.

- ORLANDI, Eni Pucinelli; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni Pucinelli (Org.). *História das idéias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001. p.21-38.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- RABIN, Chaim. The Translation Process and the Character of the Septuagint. *Textus*. Jerusalém, Hebrew University Press, N° 6, p. 1-26, 1967.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. I., Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil’ In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004 (1968). p. 11-25
- RUTHERFORD, William Gunion. *A Chapter in the History of Annotation, being Scholia Aristophanica*. London: Macmillan, 1905.
- SALVESEN, Allison. *Symmachus in the Pentateuch*. Manchester: University of Manchester, 1991.
- VAN DER LOUW, Theo. *Transformations in the Septuagint: Towards an Interaction of Septuagint Studies and Translation Studies*. Leuven: Peeters, 2007.

*Recebido em 02/05/2012*

*Aceito em 10/06/2012*

*Versão revisada recebida em 17/06/2012*

*Publicado em 30/06/2012*

## **GRAMATIZATION, IDEOLOGY, AND THE ROOTS OF LINGUISTIC TECHNOLOGIES**

**ABSTRACT:** *The present paper consists in observations regarding how the process of gramatization of language instituted a distance between language and its use in linguistic thinking. We argue that this distancing was effected by the development of technologies which exclude from linguistic thinking reflection on social contexts or enunciative situations. We propose that the prevalence of these technologies is due to its efficacy in describing language regularities and enabling mastery of it as an instrument. At the same time, these processes engender a virtual disappearance of the concrete social situation of language use by means of a an ideological process which masks the real conditions of language production and may turn linguistic thinking into an instrument of power and domination.*

**KEYWORDS:** *gramatization; ideology; linguistic technologies.*

